SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 26.314.512/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S/A tem a satisfação de apresentar aos seus clientes, parceiros comerciais e acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O Sicoob Seguradora, companhia estruturada em sociedade entre Bancoob Par Seguridade e Mongeral Aegon Seguros e Previdência, cuja gestão é compartilhada pelos acionistas, teve em 2018 seu primeiro exercício completo desde que se tornou operacional - em fevereiro de 2017. O portfolio atual da Cia. é composto pelos produtos Vida Individual, Vida Mulher, Vida Simples, Benefício de Riscos Previdenciários, Vida Master, Renda Protegida, Vida Prestamista, Vida Empresarial e Vida em Grupo Cotado. No decorrer de 2018, os esforços de comercialização permitiram elevar o número de famílias protegidas de cerca de 80 mil - em dezembro de 2017 - para mais de 130 mil. Com a estratégia de levar a conscientização do propósito de proteção na oferta dos produtos, a seguradora inaugurou uma nova forma de tratar a comercialização de seguros na rede Sicoob, por meio do programa de capacitação "Decola Sicoob Seguros". Com uma diretriz dinâmica e assertiva, a vivência coloca a força de venda do Sicoob em maior conexão com o associado, levando a oportunidade de proteger sua vida, sua família e suas conquistas. A capacitação de mais de 1.500 funcionários da força de vendas pelo programa foi um marco para a empresa. Em 2018, o evento aconteceu em 16 cidades de norte a sul do Brasil, com 33 turmas presenciais e mais de 270 cooperativas envolvidas. Além do Decola, as campanhas de vendas cumpriram um importante papel para a evolução dos números da Cia., com especial destaque para a CNV – Campanha Nacional de Vendas 2018, que alcançou 110% do volume de arrecadação projetado. Em decorrência de tais iniciativas e do maior engajamento das cooperativas na distribuição de seguros, o volume de prêmios superou a cifra de R$ 335 milhões. Destacou-se também no ano, a internalização das atividades operacionais pela Cia., com sensível melhora nos indicadores de qualidade, com destaque para análise e implantação de propostas, faturamento, análise e regulação de benefícios, apuração e pagamento de remuneração. No que diz respeito às atividades de retaguarda, destacou-se a atividade de fechamento e conciliação do movimento mensal, realizada até o segundo dia útil do mês subsequente. Para o ano de 2019, o Sicoob Seguradora tem como objetivo crescer de forma significativa o número de famílias protegidas, com investimentos importantes no processo de automação para que a operação tenha cada vez mais qualidade, com novas soluções desenvolvidas, aderentes às necessidades dos nossos associados. **Desempenho:** Em 2018, o Sicoob Seguradora emitiu em Prêmios e Contribuições R$ 335,8 milhões e constituiu Provisões Técnicas líquidas de resseguro no montante de R$ 213,9 milhões. Os ativos totais alcançaram o valor de R$ 331,2 milhões, sobre R$ 184,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, o que representou crescimento de 79,7%. As despesas administrativas no período foram de R$ 19,5 milhões e o Resultado Financeiro de R$ 10,4 milhões. A Companhia obteve lucro antes dos impostos no montante de R$ 37,8 milhões e um Lucro Líquido de R$ 20,4 milhões. **Realizações e ampliação dos segmentos de atuação:** O Sicoob Seguradora iniciou suas operações com um elevado grau de automação, tendo a quase totalidade de seus processos controlados pelo sistema e-Sis e suas soluções integradas, numa experiência de informatização, já na largada, bastante exitosa. A empresa está investindo para avançar nas integrações com as ferramentas corporativas do Sicoob - Sisbr e Sigas, para tornar ainda mais fluidas as atividades de venda e gestão comercial. Seguindo o movimento do mercado de seguros na transformação digital, o Sicoob Seguradora implementou um novo processo de contratação e formalização das propostas de seguro, por meio de assinaturas eletrônicas, proporcionando uma melhor experiência para o segurado e para a força de vendas. Foi implantada, também, solução de subscrição automática, a partir de parâmetros de aceitação configurados no sistema, em que as propostas que atendem aos requisitos são implantadas em até 1 hora após o registro na seguradora. Como resultado, atingimos 21% das propostas registradas e aceitas automaticamente sem a intervenção da equipe de subscrição. Além disso, foi disponibilizado o certificado do seguro nos canais de auto-atendimento do Sicoob (*Sicoobnet Celular e Pessoal*), levando transparência e agilidade para o processo. Destacam-se, nesse sentido, as primeiras integrações com os canais de autoatendimento dos associados do Sicoob, que já podem consultar as apólices contratadas na Companhia por meio do *Sicoob Celular e Pessoal* – plataforma disponível para *smartphones*. Para 2019, serão disponibilizadas contratações em formato totalmente digital, que permitirão processos mais ágeis e eficientes, contribuindo para a competitividade das cooperativas do Sicoob. Destacam-se ainda a integração com a plataforma de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED, já implantada em alguns dos macroprocessos finalísticos da seguradora, como faturamento e regulação de benefícios. **Governança Corporativa:** No decorrer do exercício, foram realizadas 15 reuniões do Conselho de Administração da Companhia, oportunidade que foram definidos os direcionadores estratégicos e as políticas que embasam a atuação operacional da seguradora. Além disso, foram fixadas diretrizes relacionadas ao apoio e organização das reuniões do Conselho de Administração, à estrutura de Ouvidoria, ao planejamento das atividades de Controles Internos e Gestão de Riscos, ao Programa de Implantação e Plano Operacional da Empresa e ao orçamento. Ainda foram acompanhados pelos conselheiros o andamento dos trabalhos realizados pelas auditorias externa e atuarial, além dos Comitês de Auditoria, de Remuneração e de Transição. **Controles Internos:** O Sicoob Seguradora dispõe de Estrutura de Gestão de Riscos integrada por componentes que fornecem os fundamentos e arranjos organizacionais para concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos. As atividades relacionadas à gestão do risco operacional, risco socioambiental, risco de mercado, risco de liquidez, controles internos, continuidade de negócios (GCN), prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, são desempenhadas pelo Bancoob; havendo o envolvimento direto da administração do Sicoob Seguradora na aprovação das diretrizes de gestão de riscos e controles. **Declaração**: Em atendimento à Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, o Sicoob Seguradora declara que possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" e que tem capacidade financeira para levá-los até o vencimento. **Agradecimentos:** O Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S/A agradece aos seus funcionários, às Cooperativas do Sicoob, aos parceiros comerciais e aos corretores pela dedicação e desempenho, aos seus clientes pela confiança, aos seus acionistas e à SUSEP pelo apoio dispensado. **A Administração**.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante		**153.908**	**60.617**
Disponível		**560**	**22**
Caixa e bancos		560	22
Aplicações	7	**87.341**	**20.485**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**47.708**	**30.268**
Prêmios a receber	9 (a)	37.082	29.622
Operações com resseguradoras	9 (c)	10.537	343
Outros créditos operacionais		89	303
Créditos das operações com previdência complementar		**3.091**	**2.064**
Valores a receber	9 (b)	2.174	1.926
Créditos de resseguros	9 (c)	917	138
Ativos de resseguro - provisões técnicas		**7.327**	**1.473**
Seguros	12 (a)	6.883	1.237
Previdência		444	236
Títulos e créditos a receber		**60**	**21**
Créditos tributários e previdenciários	17 (b)	20	12
Outros créditos		40	9
Despesas antecipadas		27	-
Custos de aquisição diferidos		**7.794**	**6.284**
Seguros	12 (c)	7.794	6.284
Não circulante		**177.386**	**123.703**
Realizável a longo prazo		**176.773**	**123.130**
Aplicações	7	**135.672**	**101.353**
Ativos de resseguro - provisões técnicas		**470**	**-**
Seguros	12 (a)	470	-
Títulos e créditos a receber	17 (b)	**843**	**462**
Créditos tributários e previdenciários		633	462
Depósito Judiciais e Fiscais	15 (c)	210	-
Custos de aquisição diferidos	12 (c)	**39.788**	**21.315**
Seguros		39.788	21.315
Imobilizado	10	**613**	**573**
Bens móveis		613	573
Total do ativo		**331.294**	**184.320**

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		**137.477**	**73.370**
Contas a pagar	11	**15.849**	**8.985**
Obrigações a pagar		11.193	2.702
Impostos e encargos sociais a recolher		543	383
Encargos trabalhistas		649	215
Impostos e contribuições		3.464	5.685
Débitos de operações com seguros e resseguros		**20.754**	**6.016**
Operações com resseguradoras		15.053	2.219
Corretores de Seguros e Resseguros		2.301	1.396
Outros débitos operacionais		3.400	2.401
Débitos de operações com previdência complementar		**1.467**	**839**
Operações de resseguros		825	404
Outros débitos operacionais		642	435
Depósitos de terceiros		**981**	**579**
Provisões técnicas - seguros	12 (a)	**95.912**	**55.238**
Pessoas		92.160	54.088
Vida individual		3.752	1.150
Provisões técnicas - previdência complementar	13	**2.514**	**1.713**
Planos não bloqueados		2.514	1.713
Não circulante		**127.030**	**62.279**
Provisões técnicas - seguros	12 (a)	**123.330**	**62.279**
Pessoas		123.330	62.279
Outros Débitos		**3.700**	**-**
Excedente Técnico		3.700	-
Patrimônio líquido	16	**66.787**	**48.671**
Capital social		40.000	40.000
Reservas de lucros		26.787	8.671
Total do passivo e patrimônio líquido		**331.294**	**184.320**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

		Reservas de Lucro				
	Capital social	Legal	Reserva especial para dividendos	Retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	40.000	28	-	400	-	40.428
Reserva especial para dividendos	-	-	134	-	-	134
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.635	10.635
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	531	-	-	(531)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(2.526)	(2.526)
Retenção de Lucros	-	-	-	7.578	(7.578)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	40.000	559	134	7.978	-	48.671
Reserva especial para dividendos	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.446	20.446
Reserva legal	-	1.022	-	-	(1.022)	-
Dividendos Propostos (Nota 16(c))	-	-	2.526	-	(4.856)	(2.330)
Retenção de Lucros	-	-	-	14.567	(14.567)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**40.000**	**1.581**	**2.660**	**22.545**	**-**	**66.787**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	Nota	2018	2017
Prêmios Emitidos		319.249	142.388
Contribuições e prêmios para cobertura de riscos		16.639	12.053
Variação das provisões técnicas de prêmios		(69.807)	(74.893)
Prêmios Ganhos		266.081	79.548
Sinistros ocorridos	18 (a)	(111.425)	(21.957)
Custos de Aquisição - Seguros	18 (d)	(89.261)	(27.879)
Outras receitas e despesas operacionais	18 (c)	(1.739)	(731)
Resultado com operações de resseguro	18 (b)	(368)	(2.109)
		(202.793)	(52.676)
Custos de aquisição - Previdência	18 (d)	(8.056)	(4.065)
Outras receitas e despesas operacionais	18 (e)	232	(303)
		(7.824)	(4.368)
Despesas administrativas	18 (f)	(19.516)	(5.614)
Despesas com tributos	18 (g)	(8.538)	(2.890)
Resultado financeiro	18 (h)	10.402	5.526
		(17.652)	(2.978)
Resultado operacional antes dos impostos e participações		37.812	19.526
Imposto de renda	18 (a)	(9.437)	(4.900)
Contribuição social	17 (a)	(7.580)	(3.943)
Participação sobre o resultado		(349)	(48)
Lucro Líquido do exercício/período		20.446	10.635
Quantidade de ações		40.000.000	40.000.000
Lucro líquido por ação básico e diluído (em R$)		0,51	0,27

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2018	2017
Lucro líquido do exercício/período	20.446	10.635
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício/período	20.446	10.635

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício/período	20.446	10.635
Ajustes para conciliação do lucro líquido:		
Depreciações	66	49
IR/CS Diferidos	(171)	(462)
Provisão participação sobre o lucro	349	48
Atualização de depósitos Judicias	(4)	-
Excedente técnico	3.700	-
Provisão líquida por redução do valor recuperável de ativos	380	1.027
	24.766	11.297
Variações nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(101.175)	(80.867)
Créditos das operações de seguros, resseguros e previdência complementar	(18.848)	(33.359)
Ativos de Resseguros	(6.325)	(1.473)
Créditos Fiscais e Previdenciários	(179)	(474)
Custo de aquisição de diferidos	(19.982)	(27.599)
Depósito judiciais e fiscais	(205)	-
Despesas Antecipadas	(27)	1
Outros créditos	(31)	(10)
Contas a pagar	24.125	11.050
Débitos de operações com seguros, resseguros e previdência complementar	15.366	6.855
Depósito de terceiros	402	579
Provisões Técnicas	102.526	119.230
Caixa gerado pelas operações	20.413	5.230
Impostos e contribuições sobre o lucro pagos	(19.770)	(4.604)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	643	626
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(106)	(617)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(106)	(617)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	537	9
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22	13
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	560	22

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

O SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A. ("Seguradora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado, com sede no Brasil e matriz domiciliada à SIG Quadra 06, Lote 2080 Bloco II, Sala 104 – Zona Industrial, Brasília - DF, que tem como objeto operar seguros de pessoas e planos de previdência privada em todo o território nacional. A Companhia foi criada em 28 de abril de 2016, teve sua constituição aprovada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, por meio da Portaria nº 6.620, de 29 de julho de 2016 e iniciou suas operações em 2017. Em 13 de outubro de 2017 foi aprovada pela SUSEP, através da Portaria nº 7.012, a transferência parcial da carteira de seguro de vida e previdência da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Mongeral") para o Sicoob Seguradora, publicado no D.Ó.U. de 17 de outubro de 2017. A constituição da Companhia, cujo controle é exercido de forma compartilhada, pela Mongeral, CNPJ n. 33.608.308/0001-73, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, e pela Bancoob Participações em Seguridade S.A. ("Bancoob"), sociedade de propósito específico, subsidiária integral do Banco Cooperativo do Brasil S.A. com CNPJ n. 21.810.073/0001-19 e com sede na cidade de Brasília - DF, cada qual detendo 50% do capital da Seguradora, que foi estabelecida conforme acordo de acionistas celebrado em 28 de abril de 2016. A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2018.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente, salvo disposição em contrário. **(a) Bases de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/2015 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 5. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das principais políticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **(b) Ativos financeiros:** A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as seguintes categorias: **(i) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras". **(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. Tal designação se dará quando a Seguradora tiver a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa desconsiderando a existência desses títulos. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com o vencimento do título; e são avaliados pelo seu valor justo na data da aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. **(iii) Ativos disponíveis para venda:** A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados em uma das outras duas categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é realizado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **(iv) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário. **(c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro:** A Seguradora classifica como contratos de seguros todas as apólices e contratos das modalidades dos ramos de acidentes pessoais, individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, vida individual, auxílio funeral e seguro de vida do produtor rural. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registrados quando da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **(d) Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo (incluindo a estimativa da parcela de sinistros ocorridos e não avisados). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05302019022700162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação: SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A.

prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos. A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado. Atualmente, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora. **(e) Provisões técnicas:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321, de 15 de janeiro de 2015 e Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA): **(i) Seguros:** • Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG): A provisão de prêmios não ganhos é constituída pelas parcelas de prêmios, correspondente aos períodos de riscos a decorrer, calculado pelo método "pro rata die", de acordo com as normas da SUSEP para os seguros de pessoas. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial. • Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): A provisão de sinistros a liquidar para seguros de pessoas corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor para os planos de seguros de pessoas. Nesta provisão também são contemplados os valores resultantes de demandas judiciais. • Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR): A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. Também devem ser considerados nesta provisão os valores estimados pela Seguradora referentes às demandas judiciais. • Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme nota técnica atuarial. Com a publicação da Circular SUSEP nº 517/15, esta provisão veio substituir a Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que foi extinta. • Provisão Complementar de Cobertura (PCC): A provisão complementar de cobertura será constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor, sendo a estimativa obtida por Nota Técnica Atuarial específica.

(ii) Previdência complementar: As provisões técnicas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). Abaixo, segue a composição dos encargos e taxas de carregamento das modalidades de seguros e previdência.

PRODUTO	DESCRIÇÃO	TAXA DE JUROS	TAXA DE CARREGAMENTO	TÁBUAS	MODALIDADE
147	PRESTAMISTA TM	0%	0 a 90	AT83 / EXPERIÊNCIA PRÓPRIA	SEGUROS
1961	RURAL TM	0%	0 a 90	AT83 / EXPERIÊNCIA PRÓPRIA	SEGUROS
1960	RURAL FE	0%	0 a 90	AT83 / EXPERIÊNCIA PRÓPRIA	SEGUROS
1760	VIDA INDIVIDUAL	0%	55	EXPERIÊNCIA PRÓPRIA	SEGUROS
1761	VIDA INDIVIDUAL	0%	55	EXPERIÊNCIA PRÓPRIA	SEGUROS
1103	PECÚLIO POR INVALIDEZ	0%	30	ÁLVARO VINDAS	PREVIDÊNCIA
1102	PECÚLIO POR MORTE	0%	30	CSO-80M	PREVIDÊNCIA
1589	PECÚLIO POR MORTE	0%	5,53	CSO80	PREVIDÊNCIA
1590	PECÚLIO POR INVALIDEZ	0%	30	ÁLVARO VINDAS	PREVIDÊNCIA
1950	COTADO VG TM	0%	0 a 90	AT83 / EXPERIÊNCIA PRÓPRIA	SEGUROS
1679	VIDA INDIVIDUAL	0%	49,81	AT83 / EXPERIÊNCIA PRÓPRIA	SEGUROS
1680	VIDA INDIVIDUAL	0%	44,79	AT83 / EXPERIÊNCIA PRÓPRIA	SEGUROS

• Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG): É calculada para os planos de morte e invalidez de previdência e seguros de vida individual pelo método "pro rata die", com base nas contribuições e prêmios líquidos emitidos no mês, quando for o regime financeiro de repartição e tem por objetivo provisionar a parcela de contribuições e prêmios, correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo. • Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): A provisão de sinistros a liquidar para previdência corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor para os planos de previdência. Nesta provisão também são contemplados os valores resultantes de demandas judiciais. • Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados (IBNR): A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. Também devem ser considerados nesta provisão os valores estimados pela Seguradora referentes às demandas judiciais. **(f) Custos de aquisição diferidos:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices. As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado. **(g) Reconhecimento de sinistros, benefícios e despesas:** Os sinistros decorrentes dos ramos de seguros de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, vida individual, auxílio funeral e seguro de vida do produtor rural, incluem todos os eventos que ocorrem durante o exercício, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores. **(h) Imobilizado:** Está contabilizado ao custo e a depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens, como segue:

Equipamentos de informática e telecomunicação	5 anos
Móveis, máquinas e utensílios	10 anos

(i) Recuperabilidade de ativos financeiros: Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperabilidade do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento incial dos ativos. **(j) Ativos contabilizados ao custo amortizado:** Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço. Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros e contribuições de previdência a receber nesta categoria. A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios e contribuições a receber é constituída com base na Circular 517/2015 (itens vencidos acima de 60 dias da data do vencimento do crédito). Se, em exercício subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno. **(k) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do semestre / exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social das sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 20% até 31 de dezembro de 2018, conforme determinado pela Lei 13.169/15 (a partir de janeiro de 2019 a alíquota retorna à 15%). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. **(l) Teste de Adequação do Passivo (TAP):** Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11, em cada data de balanço - a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base. O teste avalia as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros e planos previdenciários durante o período de vigência das apólices e término de cobertura dos contratos vigentes. Dessa forma, são avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos e certificados cuja vigência tenha se iniciado até a data-base do teste, excluindo-se, ainda, os planos com estrutura meramente financeira, durante o prazo de diferimento, que prevejam benefícios exclusivamente sob forma de renda certa. O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados, isto é, se o montante dos valores provisionados deduzido das despesas de comercialização diferidas (DCD) e dos ativos intangíveis relacionais (AIR) é compatível com as estimativas correntes de fluxos de caixas futuros. Caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas. A Seguradora elaborou metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixas futuros, utilizando premissas atuais, realistas e não viesadas, incluindo também as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros. Os cálculos foram realizados brutos de resseguro e foi aprovada junto à SUSEP uma tábua biométrica que representa a experiência própria de mortalidade da Companhia. Utilizou-se como premissa de entrada em invalidez 40% da tábua Álvaro Vindas. Utilizou-se a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) cupom de IPCA definida pela SUSEP para descontar a valor presente as estimativas correntes dos fluxos de caixas futuros. A taxa de juros contratada para os ativos está adequada com o que foi contratado para os passivos. A utilização de uma tábua biométrica que representa a experiência de mortalidade da Companhia levou a reversão do valor constituído na PCC. Sendo assim, o teste de adequação de passivos de 31 de dezembro de 2018 indicou que as provisões constituídas nesta data-base, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorrem do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, não havendo necessidade de ajuste nas provisões da Seguradora. Dessa forma, não há valor registrado na Provisão Complementar de Cobertura. **(m) Reconhecimento de receita:** As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros pelo valor de mercado. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. **(n) Benefícios a empregados:** A Companhia é patrocinadora de plano de benefício a empregados, estruturado na modalidade de contribuição definida (Plano de Benefícios Sicoob Multi-Patrocinado). Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Para a determinação do passivo da Seguradora é adotado o método de capitalização financeira. De acordo com o disposto no CPC 33, o método adotado para determinação das obrigações a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia faz contribuições para a Fundação Sicoob de Previdência Complementar, uma entidade separada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **(o) Resultado por ação**: Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis na data. **(p) Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** Segundo o CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária, é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota". As regras de provisionamento das ações relacionadas a sinistros e benefícios para cada uma das classificações, foram desenvolvidas a partir de estudos estatísticos baseados no histórico de processos administrativos e judiciais da Companhia tendo em vista os resultados favoráveis e desfavoráveis. Esse estudo é atualizado a cada data de balanço. No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e cível não relacionada a sinistros e benefícios, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações em curso são contabilizados na rubrica "depósito judiciais e fiscais" no ativo realizável a longo prazo. Os depósitos judiciais de natureza fiscal são atualizados monetariamente com base na variação da taxa do sistema especial de liquidação e custódia (SELIC). Os depósitos de natureza cível e trabalhista são atualizados monetariamente com base no índice da poupança. O valor da atualização é reconhecido na demonstração do resultado do exercício como receita financeira.

4. Normas novas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e/ou pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), mas ainda foram aprovadas pela SUSEP, bem como não foram adotadas de forma antecipada pela Seguradora: IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatibilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. O pronunciamento revoga, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, entretanto, para empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador. A SUSEP não se manifestou acerca do CPC 48 (IFRS 9) até o presente momento. IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contrato com cliente – a norma estabelece critérios para o reconhecimento de receitas com clientes, mas não é aplicável aos prêmios de seguros. As receitas com contratos de seguros são orientadas pelo CPC 11 – Contratos de Seguros. No que não contrarie a circular SUSEP nº 561/2017 aplicam-se integralmente as disposições e critérios estabelecidos na norma. A entidade não identificou impactos para alteração dos seus registros no escopo dessa norma. IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil – Entrará em vigor em 1º de janeiro 2019. De acordo com a definição do CPC, o contrato de arrendamento é um contrato que transfere ao cliente "locatário" o direito de usar um ativo por um período de tempo em troca de uma contraprestação financeira. Pela nova contabilização, todos os bens relevantes alugados deverão ser tratados como financeiros no balanço. A Seguradora está analisando os possíveis impactos da adoção dessa norma. A SUSEP não se manifestou sobre a adoção desse pronunciamento até o presente momento. IFRS 17 – Contrato de Seguros – Essa norma passará a vigorar em 1º de janeiro de 2021, mas é permitida a aplicação antecipada. A norma reflete a visão de que um contrato de seguro combina características de um instrumento financeiro e de um contrato de serviço. Além disso, muitos contratos de seguros geram fluxos de caixa com variabilidade substancial durante um longo período. De acordo com essa norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O IFRS 17 substitui o IFRS 4, que foi referenciado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC através do CPC 11 – Contratos de Seguros. A Seguradora está analisando os possíveis impactos da adoção dessa norma. A SUSEP não se manifestou sobre a adoção desse pronunciamento até o presente momento.

5. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. O item significativo sujeito ao processo de aplicação de estimativas e premissas inclui a mensuração das provisões técnicas. A liquidação das transações envolvendo essa estimativa poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações financeiras, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **a) Provisões técnicas - Seguros de vida e planos previdenciários com cobertura de risco:** Para contratos de seguro dos ramos de seguros de vida e planos previdenciários com coberturas de risco, estimativas são feitas para o custo final esperado dos sinistros e eventos incorridos e a ocorrer, considerando a parcela dos riscos vigentes ou que ainda não tenham sido extintos. No caso de sinistros e eventos já ocorridos, estima-se as parcelas de sinistros avisados e pendentes de liquidação (PSL ou PBAR) e de sinistros ocorridos, mas ainda não avisados (IBNR) na data do balanço. O custo final de sinistros e eventos ocorridos é estimado utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off*, conforme definido em nota técnica atuarial. A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que experiência passada sobre sinistros e eventos da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros e eventos futuros e, assim, os custos finais dos sinistros. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e avisados, custos médios por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos exercícios anteriores, quando aplicável, e índices esperados de perdas. O comportamento histórico de sinistros e eventos é analisado tipicamente com base nos anos das ocorrências, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro e evento. As premissas utilizadas são aquelas implícitas nos dados sobre comportamento histórico de sinistros e eventos nos quais as projeções se baseiam, não sendo consideradas premissas sobre taxas futuras de inflação para sinistros e eventos ou de taxas de perdas. Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação aos sinistros e eventos, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros e eventos, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar sinistros e eventos) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros e eventos considerados remotos, possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas. Outra estimativa utilizada refere-se ao percentual de RVNE utilizado para o complemento das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para os planos de seguros e previdência. Este percentual é estimado considerando a relação entre a média dos prêmios não ganhos em atrasos observados e os prêmios comerciais retidos no mês de competência. **(b) Custos de aquisição diferidos:** As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado. **(c) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros:** Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguros e resseguros. Em 31 de dezembro de 2018 não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados. **(d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **(e) Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada semestre e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **(f) Provisões para Contingências:** A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos, envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

6. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

(a) Gestão de risco de seguro: O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e pagamentos efetivos de benefícios a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, gravidade dos sinistros, benefícios efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos. A exposição de risco acima é reduzida por meio de diversificação em uma carteira de contratos de seguros, por meio de seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre a estratégia de subscrição, bem como o uso de contratos de resseguro firmados junto ao resseguador local IRB-Brasil Resseguros S.A. e ao resseguador admitido Hannover Rück SE. A Companhia adquire resseguro somente com resseguradores locais e admitidos, solventes, comprovadamente, através das agências de classificação de risco listadas pela SUSEP e ainda atendendo ao índice mínimo de risco requerido em conformidade com as leis do país como parte do seu programa de redução de riscos. Atualmente, a Companhia possui cobertura de resseguro para todas as coberturas de sua carteira, cada qual com sua particularidade/regra de acordo com a necessidade (coberturas em que não possui relativa experiência) e/ou linha de negócio. O resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. Valores a recuperar junto às resseguradoras estão provisionados em linha com a provisão de sinistros a liquidar e de acordo com os contratos de resseguro vigentes à época de cada evento. Apesar da Companhia apresentar contratos de resseguro, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao risco cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro. Dos riscos cedidos em resseguro tradicional, 100% destinam-se ao Ressegurador Local, e do resseguro catástrofe 70% destinam-se a HANNOVER e 30% ao IRB.

Resseguradores por categoria de risco			
Ressegurador	Tipo de Atuação	Agência Classificadora	Classificação de Risco
3162-3 - IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local	A. M. Best Company	A-
4149-1 - HANNOVER RÜCK SE	Admitida	A. M. Best Company / Standard & Poors / FITCH	A+
4149-1 - HANNOVER RÜCK SE	Admitida		AA-

Entre os produtos de seguros e previdência atualmente comercializados, destacam-se os produtos de risco da linha Prestamista e Seguro de vida individual, produtos de previdência estruturados no regime financeiro de repartição simples. Existem ainda produtos voltados para policiais com taxas ajustadas ao perfil de risco, coberturas para funeral e serviços diversos. Para a gestão dos riscos de seguros, a Sicoob Seguradora revisa suas políticas de subscrição pelo menos uma vez ao ano. Em geral, elas são divididas em políticas de riscos individuais, riscos coletivos e produtos instituídos, havendo desdobramentos especiais para parcerias estratégicas. As políticas são elaboradas e revistas pela área técnica através do acompanhamento sistemático do resultado dos produtos, nichos e carteiras. Há limites diferenciados de capital segurado por cobertura, região, ramo, idade e profissão. Estes documentos são aprovados pela diretoria executiva da Seguradora. Visando a melhor diversificação possível, a Seguradora tem aumentado sua opção de produtos e coberturas, a fim de explorar novos nichos e aumentar sua competitividade e penetração em todo o território nacional.

continua

Continuação: SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A.

Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
Ramos	Prêmios Emitidos Líquidos	Indice de Sinistralidade	Indice de Comissionamento	Prêmios Emitidos Líquidos	Índice de Sinistralidade	Indice de Comissionamento
Acidentes pessoais coletivos	23.358	25,99%	15,57%	4.891	8,47%	12,91%
Acidentes pessoais individuais	6.485	23,21%	15,57%	1.850	20,66%	12,91%
Auxilio funeral	2.254	32,90%	15,57%	544	8,25%	12,91%
Doenças graves ou doença terminal	13.886	11,86%	15,57%	3.593	11,26%	12,91%
Prestamista	174.740	26,07%	15,57%	88.632	13,02%	12,91%
Renda de eventos aleatórios	1.139	53,91%	15,57%	263	12,43%	12,91%
Seguro de vida produtor rural	47.150	30,73%	15,57%	28.925	11,53%	12,91%
Vida em grupo	35.574	42,21%	15,57%	9.122	18,75%	12,91%
Vida individual	14.663	12,98%	15,57%	4.568	10,49%	12,91%
	319.249			142.388		

O índice de comissionamento foi calculado a partir do % médio praticado nos estudos de viabilidade econômica (*pricing*), que se baseia no comissionamento real pago pela Seguradora. Com relação a alguns riscos corridos pela Seguradora, há o risco de conversibilidade. Apesar da experiência de baixa conversibilidade em renda acompanhar a média do mercado, é possível que em um médio prazo esta taxa possa aumentar. A Seguradora qualifica este risco como muito baixo, tendo em vista a carteira de produtos existente. Espera-se o mesmo impacto com relação à taxa de juros, tendo em vista o nível estimado para o longo prazo para cada um dos indexadores financeiros e a utilização de percentuais mais baixos já adotados por esta Seguradora em seus produtos. A expectativa de aumento da longevidade é fato indiscutível no mundo inteiro. Por isto, a Sicoob Seguradora acompanha o movimento mundial incrementando também a sua expectativa de longevidade, diminuindo assim sua exposição a este risco. A inflação é um risco bastante mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. As potenciais exposições e/ou concentrações de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais, observadas a localidade e linha de negócios. Estes apontam as ações corretivas a serem aplicadas na região e/ou linha de negócio, quando necessárias. O quadro abaixo exibe a concentração do risco, na região e no ramo de seguro, baseados no prêmio bruto e líquido de resseguro.

	Distribuição de prêmio bruto de resseguro 31 de dezembro de 2018					
Ramos	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	3.671	546	1.010	16.235	1.897	23.359
Acidentes pessoais Individuais	909	315	704	3.736	821	6.485
Auxilio Funeral	203	97	126	1.565	264	2.255
Doenças Graves ou Doença Terminal	2.175	683	1.594	7.993	1.441	13.886
Prestamista	44.584	12.194	10.217	85.793	21.952	174.740
Renda de eventos aleatórios	472	11	47	454	155	1.139
Seguro de Vida Produtor Rural	3.697	629	4.491	31.377	6.957	47.151
Vida em Grupo	4.568	803	1.532	25.763	2.908	35.574
Vida Individual	2.156	680	1.338	8.876	1.610	14.660
Total	62.435	15.958	21.059	181.792	38.005	319.249

	Distribuição de prêmio líquido de resseguro 31 de dezembro de 2018					
Ramos	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	3.502	521	964	15.486	1.809	22.282
Acidentes pessoais Individuais	849	294	657	3.487	766	6.053
Auxilio Funeral	203	97	126	1.565	264	2.255
Doenças Graves ou Doença Terminal	1.478	464	1.083	5.431	979	9.435
Prestamista	42.735	11.688	9.793	82.234	21.042	167.492
Renda de eventos aleatórios	405	9	40	389	133	976
Seguro de Vida Produtor Rural	3.531	600	4.289	29.969	6.644	45.033
Vida em Grupo	4.030	709	1.352	22.731	2.566	31.388
Vida Individual	2.040	647	1.265	8.396	1.523	13.871
Total	58.773	15.029	19.569	169.688	35.726	298.785

	Distribuição de prêmio bruto de resseguro 31 de dezembro de 2017					
Ramos	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	553	123	204	3.729	282	4.891
Acidentes pessoais Individuais	233	103	209	1.118	187	1.850
Auxilio Funeral	49	28	40	376	50	543
Doenças Graves ou Doença Terminal	568	217	443	2.056	308	3.592
Prestamista	22.945	10.420	6.807	43.426	5.038	88.636
Renda de eventos aleatórios	87	2	11	129	34	263
Seguro de Vida Produtor Rural	1.424	325	2.350	21.815	3.011	28.925
Vida em Grupo	713	241	305	7.376	485	9.120
Vida Individual	639	228	448	2.832	421	4.568
Total	27.211	11.687	10.817	82.857	9.815	142.388

	Distribuição de prêmio líquido de resseguro 31 de dezembro de 2017					
Ramos	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	541	120	200	3.649	276	4.786
Acidentes pessoais Individuais	219	97	197	1.056	177	1.746
Auxilio Funeral	49	28	40	376	50	543
Doenças Graves ou Doença Terminal	414	158	323	1.498	224	2.617
Prestamista	22.680	10.300	6.728	42.925	4.979	87.612
Renda de eventos aleatórios	87	2	11	128	34	261
Seguro de Vida Produtor Rural	1.408	321	2.324	21.576	2.978	28.607
Vida em Grupo	685	232	293	7.086	466	8.762
Vida Individual	610	217	427	2.702	402	4.359
Total	26.693	11.475	10.543	80.996	9.586	139.293

Testes de sensibilidade: A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança possível e razoável nas seguintes variáveis: sinistralidade, taxas de juros e mortalidade. Estas variáveis são as mesmas requisitadas através da Circular SUSEP nº 517/2015. O impacto da sinistralidade em 31 de dezembro de 2018 foi testado através do aumento e da redução de 5,00%, para seguros e previdência, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido, conforme tabela abaixo:

Previdência		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
Variáveis	Premissas	Bruto de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 5,00%	346	1,69	0,48
Sinistralidade	Diminuição de 5,00%	(346)	(1,69)	(0,48)

		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
Variáveis	Premissas	Líquido de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 5,00%	256	1,25	0,36
Sinistralidade	Diminuição de 5,00%	(256)	(1,25)	(0,36)

Seguros		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
Variáveis	Premissas	Bruto de Resseguro	% Resultado	% PL
Taxa de Juros	Aumento de 1,00%	-	-	-
Taxa de Juros	Redução de 1,00%	648	3,17	0,90
Mortalidade	Aumento de 15,00%	13.602	66,53	18,99
Mortalidade	Redução de 15,00%	-	-	-

		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
Variáveis	Premissas	Líquido de Resseguro	% Resultado	% PL
Taxa de Juros	Aumento de 1,00%	-	-	-
Taxa de Juros	Redução de 1,00%	-	-	-
Mortalidade	Aumento de 15,00%	11.946	58,43	16,67
Mortalidade	Redução de 15,00%	-	-	-

(b) Risco de mercado: Risco de mercado pode ser definido como a volatilidade de resultados inesperados, relacionados com a possibilidade de perdas em atividades no mercado financeiro. Podem, por exemplo, ocorrer prejuízos como resultado da movimentação da taxa de juros, alteração dos níveis cambiais e índices de mercado, entre outros. Destaca-se como principal composição na carteira da Seguradora os investimentos pós-fixados em CDI, não tendo até 31 de Dezembro de 2018 ativos financeiros indexados ao índice de preços IPCA e IGP-M. Vale ressaltar que os ativos que possuem marcação na curva, aqueles ativos que serão carregados até seus respectivos vencimentos, são precificados, única e exclusivamente em função das taxas acordadas quando de suas aquisições. As principais ferramentas e variáveis de risco consideradas na análise da carteira, é o Value at Risk (VaR) que pode ser definido como a perda potencial de um portfólio dado um intervalo de confiança, em um período de tempo; o DV01 que é a análise de sensibilidade de todos os fluxos de pagamento da carteira; e os testes de estresse que são choques geralmente horizontais nos preços de mercado. Tais análises são realizadas pela equipe técnica da Seguradora, calçada de sistema específico de risco de mercado a fim de preservar o patrimônio da Seguradora, bem como suportar o planejamento e controle para tomadas de decisões. A tabela abaixo apresenta uma análise de sensibilidade nos principais grupos de ativos financeiros marcados a mercado da Seguradora.

Grupo	Posição (M&M)	VaR 3 meses	VaR Marginal	% VaR Marginal	Duration
DPGE	10.746	3	3	2,22	118
LFT	139.879	9	8	7,06	1.035
Mongeral Aegon FI Multimercado	10.336	29	-27	-22,33	-
Sicoob Institucional FI RF Cred Priv	62.516	136	136	113,05	390

(c) Risco de crédito: O risco de crédito consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes de eventual não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados, ou de deterioração de suas condições creditórias (*ratings*). • *Controle do risco de crédito por meio da política de investimentos:* Com o objetivo de administrar a sua exposição ao risco de crédito, a Seguradora possui uma política de investimentos onde são priorizados os investimentos em títulos públicos federais e um percentual reduzido em títulos de crédito privado, com boa classificação de risco pelas maiores agências *rating*. O cumprimento da referida política é acompanhado pelo departamento financeiro, que está subordinado à diretoria financeira da Seguradora. São observados critérios de valor para as decisões de investimento, conforme estabelecido nas alçadas definidas pela Diretoria Executiva. A gestão de riscos de crédito da Seguradora é determinada segundo avaliações econômico-financeiras e regulamentares, sendo os recursos de caixa e ativos financeiros investidos (ou reinvestidos) somente em contrapartes com alta qualidade de *rating* de crédito. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, com exceção dos títulos públicos federais e fundos de investimento não exclusivos, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*.

Emissor	Título	*Rating*	Agência	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Mercantil do Brasil S. A.	DPGE	Caa1	*Moody's*	10.746	-

(d) Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos. Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Aliada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis. A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes. A tabela a seguir apresenta o ativo e passivo financeiro detido pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa.

Seguros			31 de dezembro de 2018
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	554	-	554
Aplicações	86.496	134.359	220.855
Créditos das operações com seguros e resseguros	47.708	-	47.708
Ativos de resseguros - provisões técnicas	6.883	470	7.353
Títulos e créditos a receber	59	835	894
Total ativo	141.700	135.664	277.364
Passivo			
Contas a pagar	15.695	-	15.695
Provisões técnicas – seguros	95.912	123.330	219.242
Débitos das operações com seguros	20.754	-	20.754
Depósitos de terceiros	972	-	972
Outros débitos	-	3.464	3.464
Total passivo	133.333	126.794	260.127

Previdência			31 de dezembro de 2018
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	6	-	6
Aplicações	846	1.312	2.158
Créditos das operações com previdência	3.091	-	3.091
Ativos de resseguros - provisões técnicas	444	-	444
Títulos e créditos a receber	1	8	9
Total ativo	4.388	1.320	5.708
Passivo			
Contas a pagar	154	-	154
Provisões técnicas – previdência	2.514	-	2.514
Débitos das operações com previdência	1.467	-	1.467
Depósitos de terceiros	9	-	9
Outros débitos	-	253	253
Total passivo	4.144	253	4.397

Seguros			31 de dezembro de 2017
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	22	-	22
Aplicações	20.280	100.338	120.618
Créditos das operações com seguros e resseguros	30.268	-	30.268
Ativos de resseguros - provisões técnicas	1.237	-	1.237
Títulos e créditos a receber	21	457	478
Total ativo	51.828	100.795	152.623
Passivo			
Contas a pagar	8.894	1	8.895
Provisões técnicas – seguros	117.517	-	117.517
Débitos das operações com seguros	6.016	-	6.016
Depósitos de terceiros	573	-	573
Total passivo	133.000	1	133.001

Previdência			31 de dezembro de 2017
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	-	-	-
Aplicações	205	1.015	1.220
Créditos das operações com previdência	2.063	-	2.063
Ativos de resseguros - provisões técnicas	236	-	236
Títulos e créditos a receber	-	5	5
Total ativo	2.504	1.020	3.524
Passivo			
Contas a pagar	90	-	90
Provisões técnicas – previdência	1.713	-	1.713
Débitos das operações com previdência	839	-	839
Depósitos de terceiros	6	-	6
Total passivo	2.648	-	2.648

(e) Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo. • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável. • Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
Atívos Financeiros	Nível 1 104.199	Nível 2 10.746	Nível 3 560	Total 115.505	Nível 1 20.485	Nível 2 -	Nível 2 22	Total 20.507
Caixa e bancos	-	-	560	560	-	-	22	22
Aplicações financeiras	104.199	10.746	-	114.945	20.485	-	-	20.485
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	72.406	10.746	-	83.152	-	-	-	-
Depósitos a prazo com garantia especial	-	10.746	-	10.746	-	-	-	-
Fundo de Invest. Renda Fixa – Títulos	72.406	-	-	72.406	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	31.793	-	-	31.793	20.485	-	-	20.485
Letras Financeiras do Tesouro	31.793	-	-	31.793	20.485	-	-	20.485

7. Aplicações financeiras - (a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

	31 de dezembro de 2018							
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	72.406	-	10.746	-	-	-	83.152	83.598
Fundo Sicoob Institucional FI RF Crédito Privado	62.062	-	-	-	-	-	62.062	62.516
Fundo Mongeral	10.344	-	-	-	-	-	10.344	10.336
DPGE16001CS	-	-	10.746	-	-	-	10.746	10.746
Títulos disponíveis para venda	-	-	4.190	4.969	11.119	11.695	31.973	31.973
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	4.190	4.969	11.119	11.695	31.973	31.973
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	107.888	-	107.888	107.905
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	107.888	-	107.888	107.905
Total Geral	72.406	-	14.936	4.969	119.007	11.695	223.013	223.477

	31 de dezembro de 2017							
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Disponível para venda								
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	20.485	20.485	20.485
Titulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	101.353	101.353	101.353
Total Geral	-	-	-	-	-	121.838	121.838	121.838

(b) Movimentação das aplicações financeiras: A movimentação das aplicações financeiras pode ser assim demonstrada:

	Títulos Privados – Fixo e Variável		Quotas de Fundos de Investimento		Títulos Públicos – Fixo e Variável			
	31 de dezembro							Total
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Saldo Inicial	-	40.971	-	-	121.838	-	121.838	40.971
(+) Aplicações	256.694	5.050	21.647	-	353.090	119.175	631.430	124.225
(-) Resgates	(185.979)	(48.898)	(11.135)	-	(349.718)	-	(546.832)	(48.898)
(+) Rendimentos	1.691	2.877	234	-	14.651	2.663	16.578	5.540
(=) Saldo Final	72.406	-	10.476	-	139.861	121.838	223.013	121.838

As provisões técnicas são compostas, principalmente, por provisão para prêmios recebidos e não ganhos e, portanto, a manutenção dos títulos de cobertura das provisões técnicas até o vencimento não compromete a liquidez da Seguradora. De acordo com as projeções, os fluxos de caixa gerados pela Seguradora são suficientes para liquidação dos compromissos de curto prazo e, portanto, a Seguradora tem capacidade financeira de manter os títulos até o vencimento.

8. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN através da Resolução nº 4.444 de 13 de novembro de 2015 e a SUSEP através da Circular nº 517 de 30 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. A Seguradora apresenta as seguintes coberturas:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Provisões técnicas – seguros e previdência	221.756	119.230
Ativos redutores da necessidade de cobertura		
Provisões técnicas – resseguros	(5.984)	(1.117)
Custo de aquisição diferidos redutores de PPNG	(47.582)	(27.599)
Direitos creditórios	(28.084)	(24.166)
Depósito Judicial	(58)	-
Total das reduções	(81.708)	(52.882)
Provisões técnicas para cobertura (liquido)	140.048	66.348
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas		
Títulos da Dívida Pública Interna – Federal	139.861	121.838
Quotas de Fundos de Investimento	10.344	-
Títulos de Renda Fixa Privados	10.746	-
	160.951	121.838
Suficiência	20.903	55.490
Capital Risco de Mercado sem as vigências não reg. dos fluxos (RM_F)	51.676	31.790
20% CMR_F	10.335	6.358
Liquidez	10.568	49.132

9. Crédito das operações com seguros, resseguros e previdência complementar

(a) Prêmios a receber de segurados

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Prêmios a receber de segurados – emitidos	11.998	6.243
Prêmios a receber de segurados – não emitidos	26.222	24.069
Total	38.220	30.312
Redução ao valor recuperável:		
Prêmios a receber de segurados	(1.137)	(690)
Total	37.082	29.622

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Aging de prêmios a receber de segurados - emitidos		
A vencer	8.295	3.437
De 1 a 30 dias	7.387	3.051
De 31 a 60 dias	908	386
Vencidos	3.703	2.806
De 1 a 30 dias	1.903	1.495
De 31 a 60 dias	663	621
De 61 a 365 dias	1.068	690
Superior a 365 dias	69	-
Prêmios pendentes no final do exercício	11.998	6.243

A movimentação da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de prêmios a receber de segurados, está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(690)
Constituições	(1.900)
Valores revertidos ou baixados	1.453
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.137)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Constituições	(833)
Valores revertidos ou baixados	143
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(690)

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05302019022700164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Continuação: SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A.

(b) Valores a receber previdência complementar

Composição dos créditos das operações com previdência complementar	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Valores a receber - emitidos	2.394	2.176
Valores a receber - não emitidos	50	87
(-) Redução ao valor recuperável	(270)	(337)
Total	2.174	1.926

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Aging de valores a receber		
A vencer	1.884	1.604
De 1 a 30 dias	1.586	1.458
De 31 a 60 dias	287	138
De 61 a 365 dias	11	8
Vencidos	510	572
De 1 a 30 dias	130	127
De 31 a 60 dias	110	108
De 61 a 365 dias	270	337
Prêmios pendentes no final do exercício	2.394	2.176

A movimentação da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de valores a receber de previdência complementar, está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017		(337)
Constituições		(209)
-Valores revertidos ou baixados		275
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(270)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		-
Constituições		(523)
Valores revertidos ou baixados		186
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(337)

(c) Operações com resseguradoras

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Sinistros	10.537	343
Crédito das operações seguros	10.537	343
Sinistros	917	138
Créditos das operações previdência	917	138

O critério para constituição para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração as perdas históricas calculadas pelo montante de arrecadação em relação ao montante de emissões nos últimos anos.

10. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31 de dezembro de 2017	Aquisições	(-) Depreciações	31 de dezembro de 2018
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	557	85	(63)	579
Móveis, máquinas e utensílios	10%	16	21	(3)	34
		573	106	(66)	613

	Taxa anual de depreciação	31 de dezembro de 2016	Aquisições	(-) Depreciações	31 de dezembro de 2017
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	-	600	(48)	557
Móveis, máquinas e utensílios	10%	-	17	(1)	16
Total		5	617	(49)	573

11. Contas a pagar

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		
Fornecedores	285	46
Dividendos a pagar	4.856	2.526
Participação nos lucros a pagar	345	48
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	3	-
Impostos a pagar	4.656	6.283
Outras obrigações a pagar	5.704	82
	15.849	8.985

12. Provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos – seguros

(a) Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela de resseguro		(=) Provisão líquida	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Acidentes pessoais coletivos						
Provisões de prêmios não ganhos	979	736	34	-	945	736
Sinistros a liquidar	843	91	27	-	816	91
Sinistros ocorridos e não avisados	2.874	300	668	70	2.206	230
Provisão de despesas relacionadas	20	1	-	-	20	1
	4.716	1.128	729	70	3.987	1.058
Vida em grupo						
Provisões de prêmios não ganhos	2.042	1.760	87	-	1.955	1.760
Sinistros a liquidar	1.564	482	245	-	1.319	482
Sinistros ocorridos e não avisados	4.497	611	1.044	142	3.453	469
Provisão de despesas relacionadas	30	1	-	-	30	1
	8.133	2.854	1.376	142	6.757	2.712
Renda de eventos aleatórios						
Provisões de prêmios não ganhos	51	58	9	-	42	58
Sinistros a liquidar	71	27	36	-	35	27
Sinistros ocorridos e não avisados	161	7	37	2	124	5
Provisão de despesas relacionadas	2	-	-	-	2	-
	285	92	82	2	203	90
Acidentes pessoais individuais						
Provisões de prêmios não ganhos	766	301	39	13	727	288
Sinistros a liquidar	411	253	111	130	300	123
Sinistros ocorridos e não avisados	746	165	173	38	573	127
Provisão de despesas relacionadas	5	1	-	-	5	1
	1.928	720	323	181	1.605	539
Vida individual						
Provisão de prêmios não ganhos	1.970	671	73	24	1.897	647
Sinistros a liquidar	846	251	277	75	569	176
Sinistros ocorridos e não avisados	930	228	154	38	776	190
Provisão de despesas relacionadas	6	1	-	-	6	1
	3.752	1.151	504	137	3.248	1.014
Prestamista						
Provisões de prêmios não ganhos	133.003	76.649	705	60	132.298	76.589
Sinistros a liquidar	5.720	1.073	1.457	3	4.263	1.070
Sinistros ocorridos e não avisados	17.047	6.617	151	59	16.896	6.558
Provisão despesas relacionadas	204	41	-	-	204	41
	155.974	84.380	2.313	122	153.661	84.258
Auxílio funeral						
Provisões de prêmios não ganhos	205	65	-	-	205	65
Sinistros a liquidar	212	18	-	-	212	18
Sinistros ocorridos e não avisados	113	17	-	-	113	17
Provisão de despesas relacionadas	6	-	-	-	6	-
	536	100	-	-	536	100
Doenças graves ou doença terminal						
Provisões de prêmios não ganhos	1.731	22.066	354	122	1.377	21.944
Sinistros a liquidar	801	24	547	-	254	24
Sinistros ocorridos e não avisados	1.587	1.808	368	16	1.219	1.792
Provisão complementar de prêmios	-	1.902	-	-	-	1.902
Provisão de despesas relacionadas	10	9	-	-	10	9
	4.129	25.809	1.269	138	2.860	25.671
Prestamista rural						
Provisões de prêmios não ganhos	33.680	-	496	-	33.184	-
Sinistros a liquidar	793	-	214	-	579	-
Sinistros ocorridos e não avisados	5.270	-	47	-	5.223	-
Provisão complementar de cobertura	-	-	-	-	-	-
Provisão despesas relacionadas	46	-	-	-	46	-
	39.789	-	757	-	39.032	-
Total	219.242	117.517	7.353	1.237	211.889	116.280
Circulante	95.912	55.238	6.883	1.237	89.029	54.001
Não circulante	123.330	62.279	470	-	122.860	62.279

(b) Demonstração da movimentação das provisões técnicas do exercício

Provisão bruta	31 de dezembro de 2017	Constituições	(-) Reversões/ baixas	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2018
PPNG - Riscos Vigentes e Emitidos	102.935	71.494	-	-	174.429
PDR - Provisão de Desp. Relacionadas	54	275	-	-	329
PSL - Provisão de Sinistros a Liquidar	2.571	120.579	(112.041)	150	11.259
IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	10.055	23.170	-	-	33.225
PCC – Provisão Complementar de Prêmio	1.902	2.177	(4.079)	--	-
	117.517	217.695	(116.120)	150	219.242

Provisão bruta	31 de dezembro de 2016	Constituições	(-) Reversões/ baixas	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2017
PPNG - Riscos Vigentes e Emitidos	-	102.935	-	-	102.935
PDR - Provisão de Despesas Relacionadas	-	54	-	-	54
PSL - Provisão de Sinistros a Liquidar	-	11.525	(8.962)	8	2.571
IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	-	10.899	(844)	-	10.055
PCC – Provisão Complementar de Prêmio	-	1.902	-	-	1.902
	-	127.315	(9.806)	8	117.517

(c) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos no exercício

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2017
Saldo no início do exercício	**27.599**	
Constituições	443.122	**122.326**
Amortizações	(423.139)	(94.737)
Saldo no final do exercício	**47.582**	**27.599**
Circulante	7.794	6.284
Não Circulante	39.788	21.315

13. Provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos - previdência complementar

Demonstração da movimentação das provisões técnicas

Circulante	31 de dezembro de 2017	Constituições	(-) Reversões/ baixas	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2018
Provisão de sinistros a liquidar	882	57.351	(57.140)	40	1.133
Provisão de prêmios não ganhos	108	20.193	(20.067)	-	234
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	720	465	(45)	-	1.140
Provisão de despesas administrativas	3	8	(4)	-	7
Total	1.713	78.017	(77.256)	40	2.514

Circulante	31 de dezembro de 2016	Constituições	(-) Reversões/ baixas	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2017
Provisão de sinistros a liquidar	-	13.571	(12.695)	6	882
Provisão de prêmios não ganhos	-	15.037	(14.929)	-	108
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	-	796	(76)	-	720
Provisão de despesas administrativas	-	4	(1)	-	3
Total	-	29.408	(27.701)	6	1.713

14. Desenvolvimento de Eventos e Sinistros: Devido ao início recente das operações, o Sicoob Seguradora não possui base de dados histórica de sinistros para mensurar a consistência e o desenvolvimento de sua carteira. A Seguradora entende que o desenvolvimento do histórico de sinistros, bem como sua variabilidade, representam os principais fatores para estabilização do seu resultado. Desta forma, tão logo haja dados históricos disponíveis para a análise, o seu monitoramento será iniciado por parte da Seguradora. **15. Provisões para Contingências - (a) Detalhamento das provisões para Contingências por probabilidade de perda**

Probabilidade de Perda	Quantidade	31 de dezembro de 2018 Valor reclamado	31 de dezembro de 2018 Valor provisionado	Contingências beneficios 31 de dezembro de 2017 Valor provisionado
Possível	13	2.995	994	-
Remota	2	221	4	-
Total	**15**	**3.216**	**998**	-

Probabilidade de Perda	Quantidade	31 de dezembro de 2018 Valor reclamado	31 de dezembro de 2018 Valor provisionado	Contingências cíveis 31 de dezembro de 2017 Valor provisionado
Possível	2	317	-	-
Total	**2**	**317**	-	-

(b) Movimentação das provisões judiciais

	Fiscais	Trabalhistas (i)	Benefícios (ii)	31 de dezembro de 2018 Cíveis (i)	Total
No início do exercício	-	-	-	-	-
Constituições/reestimativas	-	-	1.505	-	1.505
Liquidações	-	-	(507)	-	(507)
Atualizações	-	-	-	-	-
No final do exercício	-	-	998	-	998

	Fiscais	Trabalhistas (i)	Benefícios (ii)	31 de dezembro de 2017 Cíveis (i)	Total
No início do exercício	-	-	-	-	-
Constituições/reestimativas	-	-	-	-	-
Liquidações	-	-	-	-	-
Atualizações	-	-	-	-	-
No final do exercício	-	-	-	-	-

(c) Depósitos judiciais	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Sinistros	210	-
	210	-

(d) Descrição resumida das principais ações: • **Cíveis:** Existem dois processos de natureza Cível (Vara Cível) que estão em fase de instrução em que a Companhia é ré. Ambos os processos dizem respeito a sinistros ocorridos fora da vigência, sem regulação de sinistro, e estão classificados com probabilidade de perda possível. Constituímos provisão apenas para os casos classificados com probabilidade de perda provável, a ordem de 100% do valor em risco. Não há contingências anteriores a 2018. • **Benefícios:** Existem 15 processos de natureza beneficio (relacionados a sinistros) que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão de pagamentos de benefícios. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, possível e remota. O critério de contabilização das provisões referente aos processos de benefícios são os seguintes: 2% para causas remotas, 43% para as causas possíveis e 91% para as causas prováveis. Não há contingências anteriores a 2018. **16. Patrimônio líquido**: **(a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, autorizado, subscrito e integralizado da Seguradora, é composto de 40.000.000 ações, sendo 38.000.000 de ações ordinárias sem valor nominal, e 2.000.000 de ações preferenciais nominativas com direito a voto, sem valor nominal. **(b) Reservas de lucros:** Reservas compostas pela reserva legal que é constituída por valor correspondente a 5% do lucro líquido, até o limite de 20% do capital social, constituída no final de cada exercício social e lucros retidos para destinação futura. **(c) Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido, ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 27 de março de 2018 através da ata da Assembleia Geral Ordinária, os acionistas deliberaram que o valor de R$ 2.526 mil referente a dividendos propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, fossem transferidos para reservas de lucros. Em 31 de dezembro de 2018 foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios de R$ 4.856, correspondentes a R$ 0,12 por ação. A participação nos lucros e a distribuição de dividendos aos acionistas são realizadas de forma desproporcional à participação acionária (20% Mongeral e 80% Bancoob), pois leva em consideração a expectativa da remuneração do capital aportado e quantidade de ações preferenciais detidas pelo Bancoob. Para o cálculo da referida remuneração de capital, parte do aporte é corrigido pela variação do CDI. Concluída a remuneração do capital aportado, as ações preferenciais serão convertidas em ações ordinárias e a participação nos lucros e a distribuição de dividendos passarão a ser proporcionais à participação de cada acionista no capital social (50% Mongeral e 50% Bancoob). Os dividendos são, portanto, calculados considerando o lucro auferido e não há dividendos fixos ou outras obrigações contratuais com natureza de instrumento de dívida. **(d) Lucro por ação - básico e diluído:** Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no período, considerando a data de aprovação da integralização de capital pela SUSEP. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Numerador		
Lucro líquido do exercício	20.446	10.635
Denominador (número de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	40.000.000	40.000.000
	0,51	**0,27**

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

(e) Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado – PLA e exigência de capital

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Patrimônio líquido contábil	66.787	48.671
Despesas Antecipadas	(27)	-
Patrimônio líquido ajustado - PLA	66.760	48.671
Capital base (a)	15.000	15.000
Capital de Risco de Subscrição (b)	48.513	30.323
Capital de Risco de Crédito (c)	2.174	580
Capital de Risco Operacional (d)	902	663
Capital de Risco de Mercado (e)	27.295	16.160
Benefício da Diversificação de Riscos (f)	(15.528)	(8.908)
Capital de Risco (g=b+c+d+e+f)	63.356	38.718
Exigência de Capital – CRM (Máximo entre 'a' e 'g')	63.356	38.718
Patrimônio líquido Contábil ajustado – subtotal (+/-)	66.760	48.671
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	12.828	6.928
PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes assoc. à var. val. Econômicos (+/-) (1)	79.588	55.599
Exigência de capital – CMR (2)	63.356	38.718
Suficiência/Insuficiência do PLA – (1-2)	16.232	16.881
Suficiência de capital (%)	25,62%	43,59%

Constata-se que o valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da companhia é superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), conforme Resolução SUSEP nº 343 de 26 de dezembro de 2016.

17. Imposto de renda e contribuição social

(a) Encargos com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL): O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

	31 de dezembro de 2018 IRPJ/CSLL	31 de dezembro de 2017 IRPJ/CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	37.462	19.478
Participação nos lucros	-	-
Base de cálculo	-	-
Alíquota nominal	45%	45%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal (*)	16.858	8.765
Diferenças permanentes	159	78
Despesa de imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado	17.017	8.843
Imposto de renda e contribuição social corrente	17.188	9.305
Imposto de renda e contribuição social diferido	(171)	(462)
Total	17.017	8.843

(*) Lei nº 13.169/2015 - A alíquota da CSLL para as Instituições Financeiras e empresas a elas equiparadas é de 20% para o período de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota retornará a 15%. **(b) Créditos Tributários e provisão para tributos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo - créditos tributários e previdenciários		
Circulante		
Outros impostos a compensar	20	12
Total	20	12
Não circulante		
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias (*)	352	257
Contribuição social diferida sobre diferenças temporárias (*)	281	205
Total	633	462

(*) O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se à provisão para redução do valor recuperável de prêmios e valores a receber.

18. Detalhamento das contas das demonstrações do resultado

(a) Sinistros ocorridos	31 de dezembro de 2018	31 dedezembro de 2017
Indenizações avisadas	(82.630)	(9.204)
Despesas com benefícios/Planos de pecúlio	(5.015)	(1.937)
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	(23.170)	(10.055)
Variação de eventos ocorridos mas não avisados	(420)	(721)
Variação de despesas relacionadas do IBNR	(190)	(40)
	(111.425)	(21.957)

(b) Resultado com operações de resseguro	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Repasse	(21.689)	(3.849)
Recuperação de sinistros	21.321	1.740
	(368)	(2.109)

(c) Outras receitas e despesas operacionais – seguros	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Provisão para risco de créditos duvidosos	(447)	(690)
Outras	(1.292)	(41)
	(1.739)	(731)

(d) Custos de aquisição - previdência e seguros	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Despesas de corretagem e agenciamento	(89.261)	(25.578)
Despesas de custeamento de vendas	(3.306)	(1.964)
Despesas com consultoria comercial	(2.306)	(1.133)
Despesas com serviços técnicos	(44)	-
Campanha de venda	(36)	(2.422)
Marketing	(522)	(280)
Outras	(1.342)	(567)
	(97.317)	(31.944)
Seguros	(89.261)	(27.879)
Previdência	(8.056)	(4.065)

(e) Outras receitas e despesas operacionais - previdência	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Serviços assistenciais	210	38
Serviço funeral	(24)	(4)
Provisão para riscos sobre valores a receber	67	(337)
Outras	(21)	-
	232	(303)

continua

Continuação: SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A.

(f) Despesas administrativas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Pessoal próprio	(10.115)	(3.545)
Serviços de terceiros	(4.397)	(324)
Localização e funcionamento	(4.306)	(1.327)
Publicidade e propaganda	(150)	(111)
Despesas com donativos e contribuições	(436)	(278)
Publicações	(74)	(3)
Multas	(31)	-
Outras	(7)	(26)
	(19.516)	(5.614)

(g) Despesas com tributos

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Impostos	(4)	(3)
Contribuições	(7.885)	(2.700)
Taxa de fiscalização	(649)	(187)
	(8.538)	(2.890)

(h) Resultado financeiro

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receitas financeiras		
Títulos de renda fixa	8.394	5.540
Receitas com fundos de investimentos	1.925	-
Outras receitas financeiras	566	22
Despesas financeiras		
Despesas financeiras sobre provisões técnicas	(473)	(35)
Outras despesas financeiras	(10)	(1)
	10.402	5.526

19. Aposentadorias e Pensões: No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou contribuições de R$ 269 a Fundação Sicoob de Previdência Privada. Este plano possui benefícios de Aposentadoria na modalidade de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Seguradora, e de Renda por Invalidez e Pensão por Morte na modalidade de benefício definido integralmente custeados pela Seguradora destinados a proporcionar complementação previdenciária. Esses valores estão contabilizados na rubrica "Despesas Administrativas". Como resultado da avaliação definida, relativa ao plano de benefício definido, a Seguradora mantém provisão de R$ 269 (R$ 236 em 31 de dezembro de 2017), de acordo com os requerimentos do CPC 33, registrada na rubrica "Obrigações a Pagar". **20. Transações com Partes Relacionadas:** A administração identificou as seguintes operações entre partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018: • Custódia de LFTs no montante de R$ 139.861 pelo Bancoob DTVM Ltda. • Conta corrente no montante de R$ 560 no Bancoob S.A. • Contribuições efetuadas, parte empresa, à Sicoob Previ no montante de R$ 269. • Aplicações em DPGEs no montante de R$ 10.746 no Bancoob DTVM Ltda. • A despesa incorrida até 31 de dezembro de 2018 com pessoal-chave da Administração totalizou R$ 1.350 (R$ 1.253 em 31 de dezembro de 2017). • Obrigações a pagar de R$ 4.198 com a Mongeral Aegon Seguros e Previdência. • Obrigações a pagar de R$ 1.461 com o Bancoob S.A.

DIRETORIA

Helder Molina - Diretor-Presidente

Marcelo Carneiro Costa - Diretor — **Guilherme Ciarrocchi Ferreira** - Diretor

Marcelo da Motta Abreu — **Nelson Emiliano Costa**
Contador - CRC RJ 096032/O-6 — Atuário - MIBA Registro 1068

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Titulares	Membros Suplentes
Marco Aurélio Borges de Almada Abreu (Presidente)	**Ênio Meinen**
	Ricardo Simone Pereira
Nilton Molina	**Sergio Luiz Fernandes de Mello Junior**
Helder Molina	**Helder Molina**
Elson Rocha Justino	**Luiz Claudio do Amaral Friedhein**

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTE

Aos Acionistas e Administradores da Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A. - Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da **Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante dos referidos itens, quer seja devido a fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, consideramos a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de sistemas, em base de testes aplicados sobre amostras que estão sob correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes, nada chamou nossa atenção. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019. Pricewaterhousecoopers Serviços Profissionais Ltda. - Rua do Russel 804 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil 22210-907 - CNPJ 02.646.397/0004-61 - CIBA 105; Carlos Eduardo Silva Teixeira - MIBA 729.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A. - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por estas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: •